

DOSSIÊ UM PRELÚDIO AOS ESTUDOS SOBRE DINÂMICAS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL



Foto: Acervo AMIC/ Mariela Felisbino da Silveira, 2020.

Organizadores

Ana Cristina Rodrigues Guimarães

Rafael de Oliveira Rodrigues

**APRESENTAÇÃO: UM PRELÚDIO AOS ESTUDOS SOBRE DINÂMICAS
SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Ana Cristina Rodrigues Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Buenos Aires. Procuradora Geral da
Fazenda Nacional- PFN/SC – NAUI/UFSC,
e-mail: anacristinarg@gmail.com

Rafael de Oliveira Rodrigues

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Prof. do
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade
Federal de Alagoas (PPGAS/UFAL) – NAUI/UFSC,
e-mail: rafael.rodrigues@santana.ufal.br

O dossiê que compõe este número de Cadernos NAUI foi pensado a partir dos estudos apresentados no Grupo de Trabalho *Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural: (Re)configurações, Paisagens e Identidades*, coordenado pela dra. Ana Cristina Rodrigues Guimarães e pelo dr. Rafael de Oliveira Rodrigues, no evento *Territórios, Cidades e Migrações: diálogos interdisciplinares*, que ocorreu na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em setembro de 2019. O evento reuniu pesquisadores da rede *Territorialidades, Deslocamentos, Paisagens Urbanas e Populações Tradicionais*, vinculados ao Instituto Brasil Plural (IBP/INCT/CNPq), e proporcionou a troca de conhecimentos sobre a temática das cidades e do patrimônio cultural.

Representando o projeto *Cidades plurais: patrimônios, espaços públicos e consumos culturais urbanos*¹, este Grupo de Trabalho trouxe para o debate questões relacionadas às dinâmicas das sociedades complexas, que envolvem também o patrimônio cultural, focando nos desdobramentos que essas dinâmicas podem ocasionar na construção de identidades, paisagens, fronteiras e territorialidades. Buscava-se pensar e debater os significados atribuídos ao urbano, desde uma perspectiva material dos centros históricos nas cidades, mas também de uma perspectiva imaterial, considerando os fluxos da vida cotidiana de determinados grupos que interagem e ressignificam permanentemente esses lugares. Interessava também o debate sobre as metodologias aplicadas ao estudo dos usos, apropriações e ressignificações desses ambientes de pesquisa.

Os artigos que compõem este dossiê, portanto, perpassam estas temáticas e ilustram as questões levantadas e discutidas no grupo de trabalho, especialmente a produção acadêmica e científica dos integrantes do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI/UFSC), coordenado pela profa. dra. Alicia Norma Gonzalez de Castells e vinculado à rede de pesquisa ligada ao IBP.

Dinâmicas urbanas e patrimônio cultural

Ao longo dos anos, o NAUI tem voltado suas atenções para algumas temáticas-chave no entendimento das sociedades complexas e das urbanidades, procurando, através de uma perspectiva interdisciplinar de conhecimentos produzidos pela Antropologia Urbana, Arquitetura, Urbanismo e Comunicação, lançar luzes para temas como as diferentes apropriações do espaço público, as dinâmicas sociais de produção desses espaços e o modo como as políticas públicas voltadas para os centros

¹ O projeto *Cidades plurais: patrimônios, espaços públicos e consumos culturais urbanos* está articulado à rede *Territorialidades, Deslocamentos, Paisagens Urbanas e Populações Tradicionais* sob a coordenação da profa. Alicia Norma Gonzales de Castells (Departamento de Antropologia/UFSC) e do prof. Sérgio Ivan Gil Braga (Departamento de Antropologia/UFAM).

históricos e o patrimônio cultural têm impactado e produzido novas interações nas cidades. O foco de interesse dos pesquisadores do NAUI tem sido o estudo das dinâmicas socioespaciais em contextos urbanos.

A temática socioespacial passou a ser incorporada pela antropologia a partir da primeira metade do século XX, com os estudos produzidos pela Escola Sociológica Francesa, precisamente a partir dos trabalhos de Durkheim (1989), Mauss (2003) e Halbwachs (1990), quando foram lançadas as bases para as primeiras reflexões sobre as relações existentes entre o espaço – como categoria central de reflexão filosófica – e a sociedade, objeto de estudo fundamental das ciências sociais.

Estes autores foram responsáveis por refletir as interfaces materiais do espaço, juntamente com as construções simbólicas que contribuem para a apropriação e produção social dele. Apesar de não se aterem aos estudos da produção socioespacial em contextos urbanos, eles influenciaram sobremaneira uma série de estudos sobre o fenômeno urbano ao longo do século XX, como, por exemplo, os de Lefebvre (1991), De Certeau (2008) e Augé (2010), voltados para as diferentes formas de atribuição de significado, os diferentes modos de apropriação e produção socioespacial das cidades, pelos diferentes agentes que experienciam e produzem o urbano: o poder público, o capital privado e os indivíduos que atribuem a esses espaços os mais variados sentidos de lugar.

Mas o interesse pelo fenômeno urbano em sua ampla complexidade não está restrito aos trabalhos produzidos e inspirados pela Escola Sociológica Francesa. Nos Estados Unidos, os intelectuais ligados à Escola de Chicago também se dedicaram ao estudo das transformações das cidades a partir das grandes levas de migrantes imersos nas tensões das duas guerras mundiais. Os trabalhos desenvolvidos por Wirth (1928), por exemplo, vão analisar os conflitos de interesses entre os diversos agentes sociais, advindos com as diferentes formas de apropriação e produção do espaço público.

A Escola de Chicago foi responsável por consolidar as bases para a reflexão socioantropológica sobre as dinâmicas urbanas, especialmente no que tange às contribuições da segunda geração desta escola, marcada pelos trabalhos de intelectuais como Becker (1999), que atuou assiduamente na produção de estudos voltados para o entendimento de novas metodologias para melhor apreender os conflitos na forma de se apropriar e produzir o espaço nas grandes cidades.

Estes intelectuais, de escolas e abordagens distintas, influenciaram amplamente o estudo das dinâmicas urbanas, contribuindo para a consolidação do campo de estudos que autores como Hanerz (1997), Delgado (2007) e Agier (2015) chamam de sociedades complexas: campo de estudos que concentra suas forças nos temas dos deslocamentos socioespaciais, no fenômeno das migrações, perpassando questões de identidade, gênero, território e áreas de fronteiras.

Eles se tornaram referências para os estudos das urbanidades no Brasil, onde uma das tendências mais comuns tem sido a compreensão do fenômeno urbano como o resultado das ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço, transformando-o em lugares repletos de significados (VELHO, 1994; LEITE, 2002; MAGNANI, 2007; ROTMAN; CASTELLS, 2007). Mais ainda: eles contribuíram para enfatizar que a constituição dos lugares nas cidades contemporâneas, ou nas sociedades complexas, é fruto de apropriações divergentes e conflitivas, as quais muitas vezes vão de encontro à lógica do planejamento urbano, que tem como premissa a organização socioespacial dos lugares, visando a disciplinar os usos e os modos de circulação nos espaços urbanos.

Focando mais especificamente nesses diferentes modos de apropriação e atribuição de significados nas sociedades complexas, uma série de intelectuais brasileiros, como, por exemplo, Leite (2002), Antunes (2009), Rodrigues e Mélo (2018) e Peciar (2018) têm focado suas atenções aos estudos das dinâmicas socioantropológicas em lugares identificados como centralidades para as cidades, por causa do valor histórico e cultural que eles têm para determinados grupos, representados pelo poder público e pelo capital privado, especialmente o setor turístico.

No que se refere ao estudo dos centros históricos, como objeto de estudo da Antropologia brasileira, essa temática se consolidou a partir da criação do Grupo de Trabalho Permanente de Patrimônio e Museus, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e tem se tornado um campo de estudos central para o NAUI no entendimento das dinâmicas urbanas, fomentando a produção de trabalhos de diferentes pesquisadores integrantes desse grupo.

Mas qual o lugar do patrimônio?

A categoria patrimônio não é recente, nem a ideia de sua proteção. Há referência à função do Estado de proteger os monumentos, por exemplo, na Constituição brasileira de 1934. Entretanto, nas últimas décadas, o tema tem ganhado maior destaque e complexidade. Houve a ampliação da categoria com a inclusão de uma gama de bens patrimonializáveis que não se imaginava considerar como tal na década de 1930. No Brasil, essa ampliação é visível no tratamento constitucional sobre a matéria, já que a Constituição de 1988 dispensou vários dispositivos² à temática agregando importância jurídica ao patrimônio cultural.

² O art. 216 da CRFB/88 define o que se considera patrimônio cultural brasileiro. Entretanto, outros dispositivos o complementam e especificam como o parágrafo único do art. 4º, o inciso LXXIII do art. 5º, os incisos III, IV e V do art. 23, os incisos VII, VIII e IX do art. 24, o art. 215, o art. 219, o art. 220 e §2º, o art. 227 e o art. 231.

Não foi apenas no âmbito técnico e jurídico que o patrimônio apresentou ganhos qualitativos. Cada vez mais as áreas de interesse sobre o tema têm se ampliado. Num passado recente, prioritariamente arquitetos e áreas afins se dedicavam ao estudo e à aplicação das medidas protetivas do instituto. Hoje vemos pesquisas e publicações de diversas áreas como da antropologia e do jornalismo, conforme consta neste dossiê.

Da mesma forma, novos atores sociais passaram a agir nesse campo. Temos aqueles que operam junto às instâncias institucionais que ao longo do tempo vêm ganhando novos contornos tanto no âmbito do Estado Nação – federal, estadual e municipal – como no âmbito dos organismos internacionais. Temos ainda o homem ordinário, antes invisibilizado, que no seu cotidiano não pensa sobre o patrimônio, mas o produz e, em certos momentos, atua como agente do processo de patrimonialização, apropriando-se da categoria para fazer uso político dela.

Pensar esse sujeito que produz o patrimônio – seja no sentido de realizar práticas que serão consideradas patrimônio, seja no sentido de participar do processo de patrimonialização – é pensá-lo imerso em relações de poder. Como nos ensina Foucault (1995), o sujeito não está dado, ele se constrói socialmente, num constante processo de subjetivação. O poder é o elemento privilegiado deste processo. Sem poder não há sujeito. A subjetividade é formada pela agência do indivíduo e pela sua sujeição à determinada ordem social. Assim, há positividade no poder, no sentido de que não propicia só a dominação, mas também a construção, a instituição do sujeito. Neste sentido, o patrimônio está relacionado à formação da própria subjetividade do homem, uma vez que fomenta um feixe de relações de força que pode resultar ou não na classificação de um bem como patrimônio, mas que desempenha um papel importante na constituição dos sujeitos envolvidos no processo.

Entretanto, analisar as relações construídas a partir do patrimônio passa por situar o sujeito no contexto em que está inserido. A noção de campo de possibilidades e de projeto, desenvolvida por Velho (1999) e que busca lidar com a problemática da unidade e fragmentação, parece ser de grande valia. A noção de campo de possibilidade nos permite pensar concretamente as alternativas dadas a partir do processo sócio-histórico e a partir do potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. Já a noção de projeto permite pensar no âmbito do indivíduo, nas suas avaliações e definições da realidade e, assim, pensar em *performance*, explorações, desempenho e opções realizadas pelo sujeito.

A complexidade dessas relações que envolvem diferentes planos e níveis de realidade social é fartamente exemplificada nos artigos constituintes deste dossiê. Ela também nos permite refletir sobre o lugar que o patrimônio ocupa nesse processo que envolve claramente relações de poder e sujeitos em constituição. Importante pensar em que medida a categoria patrimônio contribui para o debate sobre as ações e relações humanas. Uma pista que pode ajudar a aprofundar essas questões passa por analisar

a natureza das relações constituintes da categoria, que, numa análise perfunctória própria das apresentações, parece estar relacionada com o caráter polifônico no qual é construída, apresentando um dialogismo específico e ainda uma intertextualidade. Mas deixemos Bakhtin para outra oportunidade e vamos ao objetivo principal do dossiê. Teremos agora uma breve descrição dos artigos que foram apresentados no grupo de trabalho *Dinâmicas Sociais e Patrimônio Cultural: (Re)configurações, Paisagens e Identidades* que agora compõem este mais novo dossiê de Cadernos NAUI.

Guia para os leitores

O dossiê tem como abertura o artigo *Yoga como patrimônio imaterial da humanidade: diálogos interculturais e relações de poder*, de Camila Sissa Antunes. A autora se propõe a analisar os discursos e narrativas constantes dos documentos oficiais disponibilizados publicamente pela Unesco no processo de classificação do Yoga como Patrimônio Imaterial da Humanidade. Para além de abordagens dicotômicas como oriente e ocidente, local e global, tradicional e moderno, o conceito de interculturalidade desenvolvido por Canclini (2005) permite pensar o processo de patrimonialização mediado por um organismo transnacional de forma complexa, considerando o conflito, o confronto, as disparidades, mas também o entrelaçamento, o intercâmbio e a negociação de saberes e interesses em torno dessa prática.

Na sequência, tem-se o artigo *Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes: Fluxos da construção de identidade e comunidade na Ilha da Culatra – Faro, Portugal*, de Mariela Felisbino da Silveira. Partindo de um processo de patrimonialização de âmbito nacional – da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes –, a autora nos convida a refletir sobre os dilemas e as opções de enfrentamento encontrados na sua pesquisa na Ilha da Culatra frente aos desafios da pós-modernidade. A instabilidade gerada a partir da pauta ambiental do Estado português que impunha a impossibilidade de ocupação do território acionou um processo coletivo local de legitimação desta ocupação através do uso da identidade ligada ao espaço tradicional e historicamente definido. Paralelamente, a pauta ambiental da União Europeia é agregada ao processo de luta pela ocupação do espaço como instrumento de reforço e fragmentação (HALL, 2004) da identidade do grupo. O artigo nos apresenta o uso político da identidade como forma de resistência local aos poderes estabelecidos.

Já o artigo *Pesquisando a cidade: Alguns apontamentos sobre a Caminhada Narrativa*, de Paola Peciar, apresenta uma técnica de pesquisa muito interessante para aqueles que estudam o espaço público em sociedades complexas: as caminhadas narrativas. Diferente do artigo anterior, em que a autora optou por pesquisar uma comunidade periférica, ainda que inserida numa região hegemônica, Peciar realizou sua pesquisa no centro de uma metrópole, Madri, a capital e mais populosa cidade da

Espanha. A saída metodológica da autora, fruto do estudo e da prática da pesquisa, permitiu acessar etnograficamente várias narrativas sobre o lugar pesquisado e oferecer uma interpretação, no caso, de uma rua, em termos de espaço urbano. Esta técnica acessou tanto o cotidiano como a memória, tanto as práticas como as relações interpessoais, além das inter-relações entre as pessoas e o meio físico.

Diferente do artigo anterior, em que a pesquisa fora realizada através do método de caminhada narrativa, inspirado, implicitamente no flunar benjaminiano pela cidade, Priscila de Oliveira dos Anjos, Jefferson Adriano Maier e Luccas da Cunha Coelho nos apresentam o espaço urbano a partir do deslocamento através de um coletivo, destacando seus trajetos, seus passageiros, suas memórias e lutas. No artigo *A experiência do editorial “Próxima parada: Monte Serrat”*, os autores partem da experiência de propor um entendimento das dinâmicas do morro como paisagem contemplativa da cidade, uma “cidade-panorâmica”³, para pensar as dinâmicas desta paisagem como um lugar praticado pelo homem ordinário, pensando a produção do morro como um “texto” urbano⁴, possível de ser lido e analisado pelas lentes do pesquisador. O artigo traz elementos para pensar a mobilidade urbana em Florianópolis, tema tão caro ao planejamento urbano, e as dinâmicas das políticas públicas na cidade. Também permite refletir sobre o direito à cidade e especificamente sobre a problemática urbana em Florianópolis, um espaço que deve ser considerado historicamente e produzido pelo homem à medida que organiza política e economicamente a sua sociedade. Ou seja, um espaço urbano produzido socialmente e comprometido com a ideologia vigente em determinado momento histórico, no sentido que Lefebvre (1991) dá ao termo. Este viés analítico é compartilhado nos artigos a seguir, principalmente os de Domingos e de Pontes.

Em *Uma análise sobre o interesse neoliberal no território catarinense*, Lucas Domingos traz uma análise macroscópica da relação do capital com o espaço urbano, respaldando-a com dados coletados pelo IBGE. A preocupação do autor é fornecer alguns nortes para um planejamento urbano que contemple o espaço vivido em detrimento do capital financeiro e especulativo, ou seja, um planejamento urbano engajado socialmente. Os processos de revitalização de áreas da cidade, por exemplo, trazem consigo muitas vezes a exclusão dos seus moradores ou usuários habituais e dá lugar a novos empreendimentos voltados ao turismo ou a camadas sociais economicamente mais altas.

Além de nos oferecer possibilidades de pesquisas etnográficas, pensadas a partir dos dados trazidos pelo autor, o artigo cumpre o papel de contextualizar os estudos seguintes, ao apresentar pontos

³ Expressão usada por De Certeau para trazer uma visão da cidade à distância, “um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (2008:171).

⁴ Novamente citamos De Certeau (2008) para compor a noção de lugar praticado, cujos praticantes não conseguem ler o “texto” urbano que produzem.

para reflexão do processo de urbanização das regiões metropolitanas catarinenses. O próximo artigo, por exemplo, dialoga com vários pontos trazidos por Domingos ao apresentar questões relacionadas à especulação imobiliária e ao turismo como fatores importantes para pensar as dinâmicas sociais. Já o artigo de Silva e Schwerz, propondo uma intervenção no centro histórico da cidade de São José, região metropolitana de Florianópolis, dialoga com Domingos na tentativa de viabilizar o uso coletivo de um espaço revitalizado, utilizando-o para dar visibilidade às práticas sociais.

Neste sentido, Diego Pontes escreve sobre as dinâmicas e políticas públicas que têm orientado as transformações de um espaço urbano específico: a região da Luz, no centro de Florianópolis. No artigo *Traços e transformações do espaço urbano contemporâneo: passagens pela Ponte Hercílio Luz e seu entorno*, ele convida o leitor a pensar esta paisagem a partir de suas ambivalências de práticas institucionais, mercadológicas e ordinárias. Esta relação entre diferentes práticas baseadas em interesses diversos pode gerar tensões e negociações que tornam ainda mais complexo o processo social em jogo. O artigo, além de analisar o espaço urbano vivido, ganha maior visibilidade e interesse com a recente reinauguração da Ponte Hercílio Luz, em dezembro último, depois de vinte e oito anos fechada ao tráfego. A ponte foi tombada como patrimônio histórico, artístico e arquitetônico no âmbito municipal, estadual e federal e constitui símbolo da cidade de Florianópolis.

O artigo da arquiteta Ana Carolina Martins Silva, em coautoria com seu orientador, professor João Paulo Schwerz, intitulado *Uso como valorização de edifícios de interesse histórico e cultural em São José/SC*, traz a problemática do uso das edificações nos centros históricos a partir do caso de São José, em Santa Catarina. Pensando no processo de restauração de monumentos, os autores propõem um uso compatível com o contexto no qual eles estão inseridos, que não os descaracterizem e que possibilite a sua apropriação pública. Neste sentido, elaboram um projeto de intervenção com uma proposta de um Centro de Arte e Cultura Popular para uma edificação subutilizada, conectando o patrimônio histórico com os novos usos e pensando a paisagem urbana adjacente.

A partir dos estudos desenvolvidos pelos diferentes pesquisadores que integram o NAUI, convidamos os leitores para uma reflexão das dinâmicas socioespaciais, pautada por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, em diálogo com o que tem sido produzido de mais recente no estudo das sociedades complexas, especialmente no tema da produção social do espaço nas cidades.

Referências

- AGIER, Michel. 2015. **Migrações, Descentramento e Cosmopolitismo**: uma antropologia das fronteiras. Maceió: EDUFAL, UNESP. (Cap. 4, p. 155-202).
- ANTUNES, Camila S. **Do passeio na avenida à balada no prolonga** [dissertação]: sociabilidade no espaço público. O caso da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó (SC) / Camila Sissa Antunes; orientadora, Alicia Norma González de Castells. - Florianópolis, SC, 2009.
- AUGÉ, Marc. 2010. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP (Prefácio, cap. 1 e 6, Pp. 7-26 e 95-104).
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 15ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- DELGADO, Manuel. **Sociedades movedizas**. Pasos hacia una antropología de las calles. Barcelona: Anagrama, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**: o Sistema Totêmico da Austrália. São Paulo, Paulinas, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: Rabinow, P. & Dreyfus, H. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 1995.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HANNERZ, Ulf. 1997. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". In *Mana* 3 (1): 7-39. Rio de Janeiro: Contracapa.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MAGNANI, J. G. C. **A rua e a evolução da sociabilidade**. Os Urbanistas (Revista Digital de Antropologia Urbana), ano 1, v. 1, outubro de 2003.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PECIAR, Paola Luciana Rodriguez. **A rua e a justaposição de espaços de permanências e espaços de mudanças**: reflexões acerca de uma experiência urbana e etnográfica / Paola Luciana Rodriguez Peciar ; orientadora, Prof. dra. Alicia Norma González de Castells, 2018. 245 p.
- RODRIGUES, Rafael de Oliveira; MÉLO Roberta de Sousa. **Nos tempos dos charutos prateados**: ressonâncias em torno do reconhecimento do Campo do Jiquiá como um patrimônio histórico do Recife. Revista Mundaú, 2018, n. 5, p. 101-120.

ROTMAN, Mónica; CASTELLS, Alicia Norma González de. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manoel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007.

WIRTH, Louis. **The Ghetto**. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

VELHO, Gilberto. "Trajetória individual e campo de possibilidades". In: G. Velho. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.